

A REESTRUTURAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO E A AÇÃO DAS CLASSES E DO ESTADO, NO CAPITALISMO

FRANCI GOMES CARDOSO¹

Resumo: A perspectiva neste artigo é o de aprofundamento teórico-político e de maior instrumentação para a pesquisa de processos sócio-históricos no campo do trabalho e de outras práticas sociais do cotidiano das classes sociais no Brasil e suas relações com o Estado. Desse modo, a reflexão está centrada na reestruturação dos processos de trabalho, no capitalismo, evidenciando a ação das classes sociais e do Estado, nesses processos. Para tanto, no item I do artigo discute-se o processo de produção capitalista como unidade do processo de trabalho e do processo de valorização e, no item II, aborda-se o desenvolvimento e crises do padrão de produção fordista taylorista. Serão apontados, ao final do artigo, alguns elementos significativos sobre a crise da sociedade do trabalho e seu rebatimento na vida organizativa dos trabalhadores, evidenciando posições antagônicas e diferenciadas no Interior desse debate e explicitando a nossa posição.

Palavras Chaves: Processo de trabalho, classes sociais, Estado, crise e reestruturação produtiva.

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no último século nas formas organizacionais de acumulação do capital, em seu processo de expansão, têm suscitado e desafiado a diferentes categorias profissionais, pesquisadores e militantes políticos, para a análise minuciosa do processo de trabalho sob o sistema capitalista. As perspectivas dessa análise são diferenciadas: identifica-se os que se considera urgente denunciar na aparente inevitabilidade desse sistema difundido pela ideologia burguesa e expressar o verdadeiro quadro da realidade social, em que a maioria da população é obrigada a viver; por outro lado, há os que reafirmam o sistema vigente, sustentado pelo trabalho, como a única alternativa em seu atual estágio de expansão: e aqueles cujo interesse se volta para a análise das exigências postas pelo trabalho em consequência, segundo eles, da revolução científico-tecnológica e da automação, não explicitando qualquer posição político-ideológica de análise.

Entende-se que assumir a perspectiva de denúncia, com a qual este estudo se alinha, exige aprofundamento teórico-político de análise de relações temáticas pertinentes, como processo de trabalho, padrões de produção e

¹ Professora no Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Serviço Social: Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela PUC — São Paulo. Pesquisadora do CNPQ.

políticas de gestão da força de trabalho, controle patronal, consentimento e resistência, captando o movimento das classes sociais e do Estado, em suas relações com a sociedade.

Assim, este trabalho é de aprofundamento teórico e de maior instrumentação para a pesquisa de processos sócio-históricos no campo do trabalho e de outras práticas sociais do cotidiano das classes sociais no Brasil.

Para responder a essas exigências, a referência principal é o pensamento marxiano e a tradição marxista, destacando-se em particular o pensamento de Gramsci. O debate teórico, via interlocução crítica, será ampliado com outros estudiosos marxistas ou não, sobretudo os que trabalham as transformações nos processos produtivos no capitalismo monopolista; as mudanças na estrutura ocupacional e a organização dos trabalhadores.

Desse modo, a nossa reflexão está centrada na reestruturação dos processos de trabalho, evidenciando a ação das classes e do estado nesses processos.

O PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA COMO UNIDADE DO PROCESSO DE TRABALHO E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

Marx, na exposição que faz em sua obra “O Capital”, sobre a especificidade do processo de trabalho na sociedade capitalista, aborda a categoria trabalho em geral, considerando-a como ponto de partida de análise de todo o processo de trabalho, independentemente de qualquer formação social determinada. Diz que, todas as sociedades anteriores à capitalista produzem por meio de processo de trabalho. Trabalho compreendido como “processo social de transformação que visa a atender necessidades sociais de produção humana. Manifesta-se como categoria central para compreensão das diferentes formas de sociedade e apresenta elementos passíveis de constituírem, na forma simples e abstrata, o trabalho humano em geral” (CARDOSO, et al. 1998, p. 8).

Para MARX (1983, p. 149), o trabalho em sua forma mais simples constitui-se em um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida.

Essa concepção de Marx sobre trabalho destaca dois elementos: energia e transformação — que, submetidas à ação humana, provocam mudanças em objetos — de “algo antes em outro algo” elaborado após o consumo de energia. O trabalho, aqui, é apresentado “sob a forma de processo conduzido pelo homem, através de ações mediadas pelo gasto de energia e

fundamentalmente orientadas pela necessidade sociais inerentes à reprodução humana. Há, portanto, uma condição humano-social no trabalho — e no processo que se expressa pela possibilidade de seu produto responder a uma necessidade motivadora do processo de transformação; e por esse impulso de mudança, orientado pela necessidade, de ser alimentado pela busca de uma finalidade. Essa atividade orientada a um fim, ou o trabalho mesmo, é um dos elementos simples centrais do conceito de processo de trabalho seguido do próprio objeto e seus meios” (CARDOSO, et al.1998, p. 8).

Mas esses meios, objetos e finalidade só são captados na realidade quando apreendidas as particularidades da formação social onde o trabalho se realiza. Pois, somente compreendendo o movimento histórico dessa formação social, é possível compreender, também, as necessidades sociais construídas e a tecnologia empregada no trabalho.

Portanto, (CARDOSO, et al. 1998, p. 8) “se aquela natureza geral do processo de trabalho se desenvolvia na relação simples de transformação entre sujeito, objeto, e instrumento visando a um produto, sob o capitalismo o trabalho e seu processo respondem a novas exigências. Exigências essas características de seu sistema de dominação baseado na propriedade do trabalho por parte do capitalista e o conseqüente controle sob o modo de trabalhar: e na propriedade sobre o produto que deixa de responder somente às necessidades sociais de reprodução (valor de uso) e adquire valor de troca através da transformação da força de trabalho e do produto em mercadorias.

Por isso, para Marx, “o processo de trabalho e o processo de transformação de valor constituem uma unidade do processo de produção capitalista, não podendo o processo de trabalho ser apreendido em suas particularidades somente por seus elementos simples — objeto, sobre o qual se trabalha, meios com os quais se trabalha e a atividade orientada para uma finalidade ou o próprio trabalho. Mas, na medida em que se apreciem as relações sociais que atravessam o processo de trabalho nos diferentes contextos históricos: as relações entre os trabalhadores, destes com o patronato, as condições técnicas, sociais e políticas em que o trabalho se desenvolve, enfim, o modo como é garantido a partir de certos processos de trabalho essa valorização ao capitalista”.

Para Marx, enquanto o capital se apresenta sob as formas elementares de mercadoria ou dinheiro, o capitalista aparece sob as formas típicas de possuidor de mercadorias ou de possuidor de dinheiro. Mas, “assim como a mercadoria e o dinheiro só se transformam em capital sob determinadas premissas. também os possuidores de mercadorias e de dinheiro só se transformam em capitalistas dadas essas premissas” (MARX, s.d, p. 39).

Na sua forma inicial (provisória) como dinheiro, o capital existe como uma dada soma de valor de troca em sua forma monetária. Este é o ponto de

partida do processo de formação do capital ou valorização do dinheiro. O valor inicial de troca tem que gerar mais valor de troca, uma mais-valia, cuja produção inclui a conservação do valor inicial e apresenta-se como o fim determinante, como o resultado final do processo de produção capitalista. em função do que o valor original, ponto de partida do processo, se transforma em capital.

Para realização desse processo é necessário, segundo o autor de o Capital, Marx, que a soma de dinheiro se transforme em fatores do processo de produção e, antes de tudo, nos fatores do processo real de trabalho. Essa transformação faz parte do processo de circulação de mercadorias; portanto, desenvolve-se ainda fora do processo imediato de produção. É a sua introdução e, ao mesmo tempo, sua premissa necessária. Contudo, se considerarmos o conjunto da produção capitalista e a sua continuidade, a transmutação da soma de dinheiro nos fatores do processo de produção — aquisição dos meios de produção e da capacidade do trabalho — é momento constitutivo do processo global.

No tocante à forma do capital no interior do processo imediato de produção, Marx comprova a similitude com a mercadoria simples no que diz respeito ao duplo aspecto de valor de uso e valor de troca, embora intervenham, nessas duas formas, determinações mais complexas que diferem das que constituem a mercadoria simples considerada isolada- mente.

Quanto ao valor de uso, o seu conteúdo particular e sua determinação posterior não eram, de imediato, essenciais para a determinação conceitual da mercadoria. Todo objeto que fosse tomar-se mercadoria, bastaria satisfazer alguma necessidade social, possuindo, portanto, alguma propriedade útil. Mas não é o que ocorre com o valor das mercadorias que entram no processo de produção. As determinações formais do valor de uso contidas nos meios de produção derivam da própria natureza do processo de trabalho e aqui convertem-se em determinações novas, em algo essencial para o desenvolvimento da categoria econômica.

Além disso, os valores de uso presentes no processo de trabalho separam-se em dois elementos conceitualmente distintos e antitéticos: por um lado, as condições objetivas de produção; por outro, a força de trabalho orientada para um fim, a condição subjetiva da produção.

É essa força de trabalho que constitui uma parte do valor de uso com que o capital se apresenta no processo de produção. Uma capacidade viva de trabalho, correspondente ao valor de uso dos meios de produção que, ao ativar-se no interior do processo de produção, transforma o valor de uso desses meios, de sua forma original para a nova forma de produto. De tal modo que, se na mercadoria o valor de uso possui propriedades determinadas, no processo de produção ele é transformação de objetos - de valores de uso —

que operam como matéria prima e meios de trabalho, num valor de uso de forma modificada, num produto. É o trabalho vivo e ativo sobre esses objetos que efetiva essa transformação. A forma de que se reveste o capital, enquanto valor de uso, assim decompõe-se no processo de trabalho: “primeiro em meios de produção conceptualmente diferenciados, mas independentes; segundo, numa diferenciação conceptual derivada da natureza do processo de trabalho, entre as condições objetivas do trabalho (os meios de trabalho) e as condições subjetivas de trabalho, a capacidade de trabalho — ativa e orientada para um fim - ...; terceiro: do ponto de vista do processo no seu conjunto não há dúvida que o valor de uso do capital se apresenta aqui como processo produtor de valor de uso, processo no qual os meios de produção com respeito a essa determinação específica operam como meios de produção da capacidade de trabalho específica que atua conformemente a um fim e corresponde à sua natureza determinada”. (MARX, s.d, p. 46). Desse ponto de vista, Marx entende que o processo de trabalho global apresenta-se como forma total do valor de uso, ou seja: como a forma real do capital no processo de produção.

Considerando-se o lado real do capital na criação de novos valores de uso através de trabalho útil, Marx entende o processo de produção do capital como processo real de trabalho. E, como tal, seus elementos serão os de qualquer processo de trabalho, independentemente do nível de desenvolvimento econômico e do modo de produção da sociedade em que se realize. Considerando-se, ainda, que a forma dos valores de uso componentes do capital é, necessariamente, a forma dos meios de produção que servem para a produção de novos produtos no processo de circulação, esses valores de uso existem já sob a forma de mercadoria, antes de operarem no processo de trabalho em conformidade com seu destino específico; o capital é composto, no que concerne aos seus valores de uso, por meios de produção, matérias primas, ferramentas, máquinas, etc. Segundo Marx, chega-se à conclusão de que todos os meios de produção são potencialmente capital — e, na medida em que funcionem nessa condição, são realmente: e de que, em consequência, o capital é um elemento necessário do processo de trabalho humano em geral: e, portanto, de que o capital é algo eterno e condicionado pela natureza do trabalho humano. Do mesmo modo conclui-se que, sendo o processo de produção do capital, em geral, um processo de trabalho, este, em todas as formas sociais é necessariamente processo de trabalho do capital. Aqui o capital é considerado como uma coisa que desempenha no processo de produção um papel adequado à sua condição de coisa. Para Marx essa lógica é a mesma utilizada para inferir do fato de o trabalho assalariado ser trabalho, que todo trabalho é trabalho assalariado. Dispensam-se as diferenças específicas e demonstra-se a identidade a partir do que é idêntico em todos os processos de produção. Ele acrescenta à discussão desse ponto. (que considera da maior importância) outros elementos relativos ao modo de existência do capital no processo de trabalho, ao trabalho real como

equivalente à parte do capital transformado em salário, ao trabalho como função do operário e não do capitalista, ao dinheiro sob sua forma real, representando os meios de subsistência existentes no mercado, à relação de contraposição entre capital e trabalho.

Em torno desses elementos, são reflexões feitas por Marx: as mercadorias, enquanto meios de produção, a serem consumidas no processo produtivo, são propriedade do capitalista que teve seu dinheiro transformado na compra desses meios de produção criadores de valor e que, por isto, são capital. São modos de existência do capital no processo de trabalho. A parte do dinheiro, com que o capitalista compra a força de trabalho, se transforma na parte variável do capital. a parte do capital transformada em salário. Ao capitalista pertence o trabalho real que lhe é dado pelo operário como equivalente ao salário. Esse trabalho real é o dispêndio da força vital do operário, a realização das suas capacidades produtivas, o seu movimento, não o do capitalista. O trabalho é, pois, função do operário e não do capitalista. O dinheiro, como parte do capital utilizada pelo capitalista para adquirir força de trabalho, transforma-se em meios de subsistência existentes no mercado, os quais são consumidos pelo operário. Mas essa transformação do dinheiro em meios de subsistência se realiza à margem do processo de trabalho: não tem uma relação direta com esse processo. Embora, na verdade, o consumo de meios de subsistência possa ser incluído no processo de trabalho, do mesmo modo que as matérias instrumentais são consumidas pelas máquinas. Considerado apenas como um instrumento adquirido pelo capital, o operário, no exercício de sua função, no processo de trabalho, necessita de meios de subsistência com caráter de matérias instrumentais. A proporção, em que isto ocorre, depende do grau de exploração a que o operário está submetido.

Mas, de modo geral, o consumo dos meios de subsistência se dá quando o operário interrompe o processo imediato de produção, enquanto a máquina consome trabalho durante o seu funcionamento. Ao assumir a forma de meios de subsistência incluídos no consumo do operário, a parte do capital gasta em salários aparece formalmente como pertencente ao operário e não ao capitalista. A forma de valor de uso com que se reveste essa parte do capital, na condição de meios de subsistência e antes de ingressar no processo de produção, é diferente da forma adotada no interior desse processo e que é da força de trabalho ativa, a do próprio trabalho vivo. E essa capacidade viva de trabalho que diferencia essa parte do capital na forma incorporada ao trabalho daquela que se apresenta sob a forma de meios de produção. Para Marx, a forma de valor de uso sob que existe o capital no termo do processo de produção é a do produto e este produto apresenta-se tanto sob forma de meios de produção como sob a forma de meios de subsistência; ambas as formas existem, pois como capital e por conseguinte em contraposição também com a capacidade viva de trabalho". (MARX. s.d, p. 50).

Ele expõe de forma densa e vigorosa o processo capitalista de produção, demonstrando que seu produto específico ou o seu fim é a mais-valia e não uma mera mercadoria ou produto com valor de troca. E esta concepção que constitui o cerne do debate de Marx em torno do processo de valorização.

Nesse processo, o capitalista impõe ao operário um ritmo de trabalho que ultrapassa o grau de intensidade médio, segundo a norma social, aumentando o mais possível desse mínimo, procurando extrair do operário o maior trabalho possível, indo além do limite necessário à reposição do valor do capital variável. E a intensificação do trabalho a um grau superior à média, a fonte de mais valia do capitalista.

Essa característica particular do processo capitalista de valorização exige que a massa dos meios de produção dê conta tanto da absorção do trabalho necessário, quanto do trabalho excedente e que a Intensidade e a duração do processo real de trabalho se modifiquem.

Enquanto no processo real de trabalho o operário consome os meios de produção como veículo do seu trabalho, do ponto de vista do processo de valorização são os meios de produção que empregam o operário. Absorvem o maior quantum possível do trabalho vivo, o que se apresenta como meio de valorização de valores existentes. Ou seja: graças ao trabalho vivo o trabalho material se converte num valor que se valoriza em capital. E, portanto, como criador de valor que o trabalho vivo se incorpora no processo de valorização do capital. Enquanto dispêndio de força viva, o trabalho é atividade pessoal do operário; mas, enquanto criador de valor, o trabalho do operário “é um modo de existência do valor do capital neste incorporado”. (MARX, s.d, p. 54). Esse processo de conservação de valor e criação de novo valor apresenta-se como processo de autovalorização do capital que é, ao mesmo tempo, o empobrecimento do operário. Este cria o valor que produz como um valor que lhe é alheio.

Na produção capitalista a propriedade (que tem o trabalho objetivado de se transformar em capital, transformando os meios de produção em meios de direção e exploração) aparece como algo inerente aos meios de produção, como uma qualidade que lhes correspondia enquanto coisas, enquanto valores de uso, os quais se apresentam como capital. Na verdade, a dominação dos operários pelos capitalistas é a dominação das condições de trabalho sobre os primeiros. Dominação esta que só se realiza no processo real de produção, que é essencialmente processo de produção de mais-valia. Neste se inclui a conservação do antigo valor, que Marx denomina de “processo de autovalorização do capital adiantado”. Na circulação, a relação entre o capitalista e o operário se dá entre vendedores de mercadorias. Entretanto, pela natureza dessas mercadorias, o operário se insere na produção como

componente do valor de uso. da existência real, e da existência como valor do capital; o capitalista só se converte em capitalista real quando o trabalhador, transformado em operário assalariado, entra realmente no processo de produção sob a direção do capital. Isto é, sob a direção do capitalista enquanto capital personificado, cujas funções não são outras senão as do capital — do valor que se valoriza sugando trabalho vivo - exercidas com consciência e vontade”. (MARX, s.d, p. 55). Enquanto o capitalista personifica o capital. o operário personifica o trabalho, que lhe pertence como esforço e suplício, mas ao capitalista como substância criadora de riqueza. Desse modo, esse trabalho apresenta-se no processo de produção. como fator vivo variável do capital. A dominação do capitalista sobre o operário, no processo de produção, é a dominação da coisa sobre o homem, a do trabalho morto sobre o trabalho vivo, a do produto sobre o produtor. Trata-se do processo de dominação sobre o operário, da alienação do seu próprio trabalho.

Nesse processo, o capitalista encontra a sua satisfação absoluta; enquanto o operário, na sua condição de vítima, acha-se de imediato numa situação de rebeldia mas sente como um processo de sujeição.

Marx chama a atenção para a importância de distinguir-se a relação própria do processo de circulação daquela, inerente ao processo real de produção. A primeira é uma condição necessária para o segundo; é a relação na qual o aspirante a capitalista adquire trabalho ao operário para capitalizar um valor monetário e o operário vende a sua disposição sobre seu trabalho para subsistir. A segunda é uma relação em que o possuidor de mercadorias se converte em capitalista; e o operário, na personificação do trabalho para o capital.

Essa é a relação própria do processo real de produção, o que constitui a unidade imediata do processo de trabalho e do processo de valorização. Do mesmo modo, o seu resultado — a mercadoria — é unidade imediata do valor de uso e do valor de troca. Aqui. Marx reafirma o processo de trabalho como meio do processo de valorização e este, em sua essência, como produção de mais valia, como processo de objetivação de trabalho não pago.

Considerando o processo de produção desses dois pontos de vista: como processo de trabalho e processo de valorização, ele alerta para a implicação de que o mesmo é indivisível, pois o trabalho não se realiza duplamente — uma para produzir valor de uso e outra para criar valor e mais valia. Sabe-se que é o trabalho real que gera valor e que isto ocorre na medida em que se realiza sob determinado grau de intensidade, materializando-se no produto em determinadas quantidades e determinado tempo. Caso o processo de trabalho não prossiga, quando atinge a quantidade cujo valor é igual ao valor do salário do operário, não há produção de mais-valia. Pois esta se apresenta como a quantidade que excede aquela contida no salário; como um

acréscimo de trabalho concreto, em um quantum de trabalho socialmente necessário.

O autor de O Capital chama a atenção para equívocos cometidos pelos economistas quanto à redução da mercadoria ao trabalho e enfatiza a necessidade de considerar-se o trabalho em sua forma dupla: como trabalho concreto, no valor de uso de mercadorias específicas com conteúdo particular, num artigo determinado; por outro lado, como trabalho socialmente necessário, trabalho indiferenciado, geral, indiferente a qualquer conteúdo particular. Para Marx, na primeira forma trata-se, exclusivamente, da qualidade e a diferença do trabalho concreto se expressa na divisão do trabalho. Na segunda, trata-se apenas de quantidade e toma-se manifesta na sua expressão monetária indiferenciada. Daí por que, na sua expressão autônoma, o dinheiro, na mercadoria como preço, ele acede a uma expressão comum a todas as mercadorias, diferenciável apenas pela quantidade. (MARX. s.d, p. 59).

Para demonstrar que a diferença entre trabalho objetivado e trabalho vivo manifesta-se no processo real de trabalho, ele exemplifica com o algodão e o fuso, enquanto valores de uso, aos quais estão incorporados trabalhos concretos (construção de máquinas, cultivo de algodão, etc.) e com o trabalho de fiação, que é diferente daqueles contidos nos meios de produção, além de ser trabalho vivo em processo de realização, gerando produtos, contrapondo-se com os trabalhos já objetivados nos seus produtos peculiares. Evidencia-se, nessa demonstração de Marx uma antítese entre o trabalho objetivado, como existência presente do capital e o trabalho vivo, assim como o trabalho objetivado como momento do processo de trabalho, com vistas à realização do trabalho vivo.

Essa questão apresenta-se de forma diferente, se considerarmos o processo de valorização. Neste, o trabalho objetivado é um quantum de trabalho social representado por certa grandeza de valor ou dinheiro. Ou seja: o trabalho representa-se no preço dos meios de produção. Esse trabalho assim representado só se distingue daquele que se realiza no processo de objetivação, por ser objetivado no passado, enquanto o outro é vivo e acrescenta-se aos meios de produção, objetivando-se no presente. Esse trabalho vivo é absorvido pelo trabalho passado que o substitui e converte-se num processo de valorização. Nesse processo de absorção do trabalho vivo, efetiva-se uma transformação real do trabalho em capital que só se constitui verdadeiramente capital quando o trabalho humano o transforma de grandeza constante de valor em grandeza de valor variável.

É importante ressaltar aqui que é somente no interior do processo de produção que o trabalho objetivo se transforma em capital e que, somente nestas circunstâncias, o trabalho se transforma em capital, autovalorizando-se.

Reafirma-se, desse modo, o processo de produção capitalista como unidade de dois processos: o de trabalho e o de valorização.

Segundo *Marx*, ao considerar esse processo de produção apenas do ponto de vista do processo de trabalho, o economista parece conceber o capital como uma mera coisa. Entretanto, logo depois lhe vem à mente que o processo de produção capitalista é também e, sobretudo, processo de valorização. Neste processo as “coisas”, assim consideradas, - matéria prima, instrumentos etc. - só são levadas em conta como valor.

Quanto ao produto da produção capitalista, não se constitui mero valor de uso ou uma mercadoria, como produto que tem valor de troca. O seu produto é a mais-valia, ou seja: produto que possui um valor de troca superior ao que foi adiantado para sua produção.

É a produção da mais-valia, o fim do processo de valorização na produção capitalista, enquanto o processo de trabalho apresenta-se como meio dessa produção. Converte-se num instrumento da criação da mais-valia, da autovalorização do capital. O processo de trabalho subsume-se no capital e o capitalista entra como dirigente para a exploração do trabalho alheio.

Surge uma mistificação inerente à relação capitalista: a faculdade que tem o trabalho de conservar valor aparece como auto-conservação do capital; a faculdade que o trabalho tem de gerar valor aparece como autovalorização do capital.

Marx denomina subsunção formal do trabalho no capital à subordinação ao capital dum modo de trabalho tal como se tinha desenvolvido antes de ter surgido a relação capitalista. O que diferencia o trabalho subsumido formalmente ao capital, do processo de trabalho, tradicionalmente será a escala em que se efetua: ampliam-se os meios de produção e a quantidade de operários dirigidos pelo mesmo patrão. Essa ampliação de escala constitui também a base real em que se ergue o modo de produção especificamente capitalista ou subsunção real do trabalho no capital. O processo de trabalho torna-se, fundamentalmente coletivo, fundado na cooperação entre os trabalhadores, entretanto não apresenta mudanças substanciais em sua base técnica; pois, a diferença entre a produção capitalista e a produção artesanal se manifesta apenas no plano quantitativo. Isto é, no aumento significativo da escala média de produção, não implicando alterações dos métodos de produção. O capital subordina formalmente o processo de trabalho, sem necessariamente acarretar modificações técnicas e a valorização ocorre, fundamentalmente, pelo processo de extração da mais valia absoluta, ou seja: pelo prolongamento da jornada de trabalho.

Com o aumento da escala de produção decorrente do trabalho coletivo, criaram-se necessidades de atividades de coordenação e direção por

parte dos capitalistas, o que determinou a supervisão e controle sobre os operários, retirando destes poderes que detinham sobre a sua produção e desencadeando o processo de separação entre as atividades de concepção e de execução.

Essa separação entre a atividade intelectual e a manual é aprofundada pela divisão manufatureira do trabalho sob dois pressupostos fundamentais: 1) o parcelamento do trabalho e 2) a especialização do trabalhador. Da combinação destes dois elementos surge um trabalho coletivo formado pelo conjunto dos trabalhadores parciais, determinados, hierarquicamente, segundo grau de destreza e de força utilizada na consecução das diversas operações parcelares, correspondendo a essa hierarquia da força de trabalho uma escala de salários.

A manufatura representa uma significativa mudança na organização do trabalho, mas não opera em igual medida uma transformação na configuração técnica do processo de trabalho e apresenta, ainda, sérios obstáculos à expansão da acumulação, do ponto de vista da valorização do capital.

Marx aponta, ainda, sobre a subsunção formal do trabalho ao capital: 1) a relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e o que fornece. O vendedor cai na dependência econômica do comprador e não existe relação política de hegemonia e subordinação, fixada socialmente; 2) os meios de produção e os meios de subsistência são monopolizados pelo aquisidor da capacidade de trabalho. A medida em que se impõe essa monopolização, a relação capital e trabalho assalariado se estabelece plenamente.

A relação entre o capitalista e o assalariado pode subsistir à relação entre o mestre da corporação e os seus oficiais e aprendizes, transição por que passou a manufatura urbana. Nessas corporações estabeleceu-se uma relação ainda limitada entre capital e trabalho assalariado. Estão presentes relações entre compradores e vendedores, pagamento de salários, o mestre e o oficial são pessoas livres. O mestre é o dono dos instrumentos de trabalho e ele próprio é um artesão. Sua relação com os aprendizes e os oficiais não é a do capitalista enquanto tal, mas do mestre ocupando um lugar hierárquico mais elevado da corporação. Os métodos de trabalho empregados seguem os preceitos da corporação: não é o valor de troca, mas o valor de uso que aparece como objetivo final. A produção não é regular pelos limites do capital, mas ajusta-se ao total do consumo previamente existente.

Na relação capitalista desaparecem essas limitações, modificando-se a relação de hegemonia e subordinação. Com a subsunção real do trabalho no capital efetua-se uma revolução total no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e o operário. As forças

produtivas sociais do trabalho se desenvolvem, a ciência e a maquinaria são aplicadas à produção Imediata. Além do desenvolvimento das forças produtivas, o resultado material da produção capitalista é o aumento da massa da produção e diversificação das esferas produtivas.

As forças produtivas do trabalho socializado no interior da oficina — através da divisão social do trabalho, da utilização das máquinas, da ciência e da tecnologia — apresentam-se como forças produtivas do capital e não do trabalho. A mistificação inerente à relação capitalista desenvolve-se mais ainda. O trabalho que o operário realiza aparece-lhe como alheio, hostil e antagônico, como algo personificado e objetivado no capital.

No modo de produção capitalista a produção não está ligada às limitações predeterminadas das necessidades. Pelo contrário: é a escala de produção que determina a massa do produto e a produção contrapõe-se aos produtores; ou seja: o produtor real é simples meio de produção. A produtividade torna-se igual ao máximo de produtos com mínimo de trabalho, donde ocorre barateamento das mercadorias. Isto se converte em lei do modo de produção capitalista, independente da vontade dos capitalistas. O objetivo deste é que cada produto contenha o máximo possível de trabalho não pago — mais valia.

A constituição de uma base técnica com capacidade de gerar mais-valia, através do crescimento da produtividade e da intensidade do trabalho, se deu pela introdução e difusão do uso de máquinas. o que significou profunda mudança no processo de produção capitalista. Essa forma capitalista da cooperação baseada no uso da maquinaria, na grande indústria, foi o último estágio do processo de trabalho estudado por *Marx*.

Marx evidencia, em seu estudo sobre o processo de trabalho na grande indústria, que a racionalidade própria ao uso capitalista da maquinaria não foi determinada pela preocupação em aliviar o trabalho humano, mas pela busca incessante de geração da mais- valia em larga escala. Nesta direção, o uso da maquinaria causou um grande impacto sobre o coletivo de trabalhadores, resultando na constituição de um exército industrial de reserva, que por sua vez se tornou um elemento de pressão para a redução dos salários.

A maquinaria como fruto de transformações nas forças produtivas criou uma nova base técnica mais apropriada à acumulação capitalista, através da combinação de mecanismos de mais valia absoluta e de mais valia relativa. O ulterior desenvolvimento desse estágio do capitalismo é marcado, posteriormente, pela criação das técnicas de organização e gestão de trabalho, e da produção, com base no taylorismo e no fordismo, que foram hegemônicos no processo de trabalho na grande indústria, desde as primeiras décadas do século XX até meados dos anos 70.

O PADRÃO DE PRODUÇÃO FORDISTA - TAYLORISTA PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E CRISES.

O fordismo, como padrão de produção em massa, através da utilização de tecnologia rígida de linha de montagem, tem inspiração nos princípios tayloristas, ao incorporar os traços essenciais da lógica da gerência científica, desenvolvendo e aprofundando o controle do capital sobre o trabalho operário. Emerge e consolida-se nos Estados Unidos, entre 1914 e 1945, pelas vantagens histórico-culturais encontradas pelo capital em se dinamizar num meio propício à acumulação, estimulado pela ausência de combatividade das massas. Segundo DIAS (1997, p. 88) a experiência americana taylorista — fordista, no início do século XX, tenta a extinção, no território americano, dos sindicatos de ofício que ainda controlavam o processo produtivo. Diferentemente da Europa, onde as lutas de classe já tinham “integrado” os trabalhadores, na América as massas encontravam-se em estado bruto, eram virgens em relação àquelas lutas. “A racionalização da produção passava, portanto pela luta contra a “propriedade do ofício”, pelo que a ideologia capitalista chamou de liberdade industrial”.

O fordismo incorpora a forma de organização científica do trabalho idealizada por Frederick Taylor no final do século XIX, nos Estados Unidos, justificada pela necessidade do capitalismo, já em sua fase monopolista, de iniciar um novo padrão de acumulação que potencializasse a intensificação do trabalho para elevar a reprodução do capital. A administração científica, de acordo com a formulação de Taylor, “em sua essência consiste em certa filosofia que resulta (...) em quatro grandes princípios fundamentais da administração: primeiro — desenvolvimento de uma verdadeira ciência: segundo — seleção científica do trabalhador: terceiro sua Instrução e treinamento científico” (TAYLOR, 1958, p. 118). Taylor acreditava e queria demonstrar em seu estudo que os princípios e leis da administração científica eram aplicáveis a todas as atividades humanas e que da sua correta utilização dependiam resultados surpreendentes. Neste sentido, o objetivo principal dos sistemas de administração é colocado por Taylor como “o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado” (TAYLOR, 1985, p. 29). O que significa, do ponto de vista taylorista, máxima produtividade com grandes dividendos para os empregados, com baixo custo de produção ao empregador. A administração científica taylorista tem por fundamentos a certeza “de que a prosperidade do empregador não pode existir, por muitos anos, se não for acompanhada da prosperidade do empregado, e vice-versa, e de que é preciso dar ao trabalhador o que ele mais deseja - altos salários - e ao empregador também o que ele mais almeja - baixos custos de produção” (TAYLOR, 1985, p. 30). A partir desses fundamentos, tem-se o máximo de exploração da força de

trabalho, no limite estabelecido pelo processo de acumulação do capital, em troca da garantia de algumas condições à subsistência do trabalhador.

Os princípios tayloristas supõem a aceitação do aumento de tempo e de ritmo de trabalho, por parte do trabalhador, como única via possível para a melhoria de suas condições de vida. De acordo com Taylor, “como certos indivíduos nascem preguiçosos e ineficientes e outros ambiciosos e grosseiros, como há vícios e crimes, também sempre haverá pobreza, miséria e infelicidade. Nenhum sistema de administração, nenhum expediente sob controle de um homem ou grupo de homens pode assegurar prosperidade permanente a trabalhadores e patrões. “(...) Sustentamos, entretanto, que sob administração científica, fases intermediárias serão muito mais próspera, felizes e livres de discórdias ou dissensões”. (TAYLOR. 1985, p. 43)”.

Mais do que um conjunto de rotinas padronizadas de trabalho, o taylorismo constitui-se numa filosofia que interfere no modo de pensar e de agir do trabalhador, no sentido de obter-lhe a adesão a um determinado tipo de racionalidade produtiva. Ao mesmo tempo, expropria os conhecimentos acumulados pelo trabalhador que, como operário “métier”, detinha o controle relativo sobre as técnicas de produção e condições de trabalho e com a introdução dessa nova modalidade de organização do trabalho e gestão fabril, teve subtraída essa capacidade, então incorporada ao processo de produção.

O taylorismo, como um instrumento de racionalidade e difusão de métodos de estudo e treinamento no controle de tempos e movimentos do operário, para obter maior produtividade do trabalho, operou grandes modificações no processo de trabalho, que se expressaram no maior controle do trabalho pelo capital. A supervisão reveste-se de grande importância nesse controle, realizando o nexo entre a esfera do planejamento e execução das tarefas, sustentada no pressuposto de que a racionalização científica do processo de trabalho requer uma divisão de responsabilidades entre direção e o trabalhador e, ao mesmo tempo, uma cooperação entre os mesmos. A separação entre o trabalho intelectual de elaboração e do trabalho manual de execução justifica-se como base desse novo sistema organizacional das relações de trabalho, pela tese taylorista de que qualquer trabalhador, mesmo o mais habilitado, é incapaz de entender toda a complexidade da ciência que rege o processo de trabalho.

A apropriação dos conhecimentos de base técnica, pela administração taylorista, consubstanciada na noção de tarefa, impunha ao trabalhador o que deveria ser realizado, o modo de realizar e o tempo a ser gasto em sua realização. Isto significou uma profunda redução da autonomia do operário no espaço das unidades produtivas, uma vez que a ele coube somente a execução de um trabalho parcializado, repetitivo e monótono, definido antecipadamente pela gerência. Em consequência, há uma

desqualificação dos coletivos operários de ofício, ocorrendo considerável mudança na composição da classe operária, tanto do ponto de vista da qualificação, quanto da organização. Segundo BIHR (1998, p. 39), “para o capital, (...) trata-se de se apropriar do aspecto intelectual do trabalho operário, do saber e da habilidade até então requeridas pela manipulação da ferramenta ou mesmo da máquina, que o operário de ofício possuía e assumia com orgulho e nos quais ele se apoiava para contestar o comando capitalista sobre o processo de trabalho”. Era importante, do ponto de vista do capital, destruir a produção baseada no trabalhador de ofício, não só por concentrar o saber operário, mas pela sua forma de organização em sindicatos, os quais detinham controle do recrutamento e da formação de novos operários. Portanto, essa forma de organizar o trabalho se constituía um entrave para a produção em série e para a expansão do capitalismo. No padrão de produção fordista - taylorista, o saber e a habilidade operários tendem a ser monopolizados pelas gerências ou até mesmo incorporadas à objetividade do capital. “provocando a expropriação dos operários em relação ao domínio do processo de trabalho e uma maior dependência em relação à organização capitalista do trabalho” (BIHR, 1998, p. 40).

A consolidação da dominação do capital sobre o processo de trabalho vai permitir a intensificação da exploração da força de trabalho operária. Diferentemente do taylorismo, que se assentava, fundamentalmente, na extração da mais valia absoluta — extração do trabalho excedente, pelo prolongamento da jornada de trabalho, além do tempo de trabalho necessário e pelo aumento de sua intensidade, o fordismo possibilitou o desenvolvimento do regime de acumulação intensiva, pelo expressivo crescimento da produtividade: portanto, na extração da mais valia relativa — aumento do trabalho excedente pela diminuição do tempo de trabalho necessário e aumento contínuo da produtividade média do trabalho social. Embora o fordismo não tenha introduzido grandes inovações tecnológicas, introduziu um padrão de produção em massa através de linha de montagem e implantou uma nova política de gestão da força de trabalho.

A linha de montagem propiciou maior integração do processo produtivo, ao limitar o deslocamento do operário, no interior da empresa, fixando-os em espaços de trabalho rigidamente definidos, de acordo com o sistema de disposição das máquinas. A medida que os tempos de trabalho passaram a ser ditados pelo ritmo de funcionamento das esteiras mecânicas, houve aperfeiçoamento do controle do tempo de trabalho pelo capital. O tempo de execução de cada operação, antes determinado pela gerência taylorista, passou a ser regulado pelo movimento das máquinas que ditavam a operação exigida para a obtenção incessante de maior produtividade.

Esse regime de acumulação orientado, prioritariamente, para a formação da mais-valia relativa, logo depara-se com alguns obstáculos: 1)

tendências de ‘conversão de uma massa crescente de mais valia em capital constante (...) adicional, único meio para aumentar a produtividade do trabalho: 2) tendências da limitação da “demanda de meios de consumo (especialmente meios de consumo essenciais) em relação à capacidade de produção que se acumula nesse setor” (BIHR. 1998. p. 41).

Tais tendências se concretizam nos anos 20: com base no padrão fordista — taylorista, a produtividade cresce, extraordinariamente, (em média de 6%) nos países capitalistas ocidentais, sobretudo nos Estados Unidos, enquanto salários operários crescem, em média, apenas 2%. Essas condições de acumulação vão desembocar na crise de 1929—1930, expressando distorções entre as capacidades de produção acumuladas e a capacidade de consumo da sociedade.

A crise dos anos 30 marca, portanto, os limites do modo de acumulação intensiva dos anos 20, a qual, segundo BIHR (1998, p. 42), foi “bloqueada pela taxa de exploração demasiadamente elevada que a tornara possível: por um crescimento dos salários reais insuficientes para equilibrar a acumulação do capital possibilitada pelo crescimento abusivo dos lucros”.

Essa crise que vai estender-se até logo após a segunda guerra mundial explicitava claramente ser impossível garantir um regime de acumulação, com aquelas características, sem que os lucros obtidos pelo aumento da produtividade fossem acompanhados por crescimento dos salários reais. “Crise orgânica do capital, ela viabilizou/tornou necessário um conjunto de medidas de contra- tendência que tratou de conduzir! reconduzir as classes trabalhadoras ao leito econômico-corporativo. Para fazer face a essa crise, o capitalismo (seus intelectuais orgânicos, seus práticos) construíram uma experiência combinada de Keynesianismo e Welfare State. “único ordenamento sociopolítico que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da colonização capitalista, com direitos políticos e sociais mínimos. Gestaram-se formas combinadas de liberalismo e de social-democracia” (DIAS. 1996, p. 30). Essas formas combinadas de direção do Estado tinham como horizontes a reconstrução do capitalismo, incorporando à sua lógica o conjunto das classes subalternas.

Essa tarefa não foi difícil, considerando-se que a maioria dos trabalhadores vivia, naquele momento, um sindicalismo de resultados, movimento típico da ordem do capital. Assim, os imperativos econômicos e sociais da reconstrução do período pós-guerra, acompanhada de lutas dos operários, se constituíram, dentre outros fatores, em elementos de pressão sobre a classe, dominante, no sentido de implementar medidas Institucionais que garantissem a divisão dos ganhos de produtividade entre salários e lucros, assim como transformação das condições econômicas, sociais, políticas e

jurídicas das relações no processo de trabalho e da reprodução da força de trabalho, fora desse processo.

Para sancionar determinado estado de relação de forças entre as duas classes, em seus processos de enfrentamento, emergiu o compromisso fordista, pacto social em escala internacional, o qual se efetivou através das organizações sindicais e políticas do movimento operário, de um lado, organizações do patronato de outro e o Estado. A este coube a responsabilidade de garantir o cumprimento do pacto, visando ao “interesse geral” do capital, por meio das organizações representantes de cada uma das classes — a burguesia e a subalterna “A resposta social-democrática consolidada pelo Welfare State, acabou por fortalecer as lutas corporativas em detrimento da socialização da política, criando assim um pacto despolitizante.” (DIAS, 1996, p. 32).

Com esse pacto, os trabalhadores querem garantir seus empregos, melhores salários e condições de vida, acabando por “aceitar” os lucros do capital.

BIHR (1998, p. 37) entende que referido “compromisso” pode ser comparado a uma espécie de imensa barganha, pela qual o proletariado renunciou à “aventura histórica” em troca da garantia de sua seguridade social. Tal renúncia significa, para este autor, abandonar a luta pela transformação comunista da sociedade e aceitar, ao mesmo tempo, novas formas de dominação que se desenvolvem no pós-guerra. através das transformações das condições de trabalho e de existência que o capitalismo impõe ao proletariado, nesse período. Em contrapartida, o proletariado obtinha a garantia de sua seguridade social, que não se limitava à assistência social, mas abrangia a satisfação de seus interesses imediatos e mais vitais: relativa estabilidade de emprego. redução de tempo de trabalho e satisfação de algumas necessidades fundamentais (habitação, saúde, educação, lazer etc.). A satisfação dessas necessidades fundamentais do proletariado, a partir do compromisso fordista, toma-se fonte de legitimidade da burguesia e. ao mesmo tempo, o próprio motor do regime de acumulação do capital que transformou profundamente a condição proletária, criando o operário massa, “nova figura hegemônica, no seio do proletariado ocidental” (BIHR. 1998, p. 56).

TRANSFORMAÇÕES DETERMINANTES DO PERFIL DO OPERÁRIO MASSA CRIADO PELO FORDISMO

As transformações da condição operária provocadas pelo compromisso fordista evidenciam-se em diferentes aspectos: no que se refere à parcelização e á mecanização do processo de trabalho, houve uma mudança na composição sócio-profissional do proletariado ocidental, na medida em que “a antiga dupla formada pelo contra-mestre e seu operário não especializado é substituída por uma nova, formada pelo engenheiro ou técnico (...) e pelo

operário especializado, operário desqualificado. cuja competência foi reduzida pela taylorização, ao domínio de alguns gestos elementares que definiam um “posto de trabalho” (BIHR. 1998, p. 52).

Essa nova forma de composição tem um impacto sobre o operário com qualificação técnica reduzida, que não subsiste, a não ser que se mantenha nas indústrias fordistas, para manutenção ou reparo do sistema de máquinas, ou em setores que produzem esses sistemas de máquinas absorvidas por essas indústrias, ou em outros setores onde os métodos fordistas não foram introduzidos.

Mais do que as implicações referentes à forma de composição sócio-profissional, o período fordista provocou uma divisão no interior da antiga classe operária: “de um lado os operários qualificados, herdeiros dos operários de ofício, constituindo uma “aristocracia operária” por ser o principal benefício do compromisso fordista (...) de outro, o contingente crescente dos operários desqualificados, que suportam toda a carga do fordismo na fábrica, beneficiam-se muito pouco de suas vantagens fora da fábrica”. (BIHR, 1998, p. 52).

Além dessas implicações, o fordismo extrapola a classe operária, estendendo as fronteiras desta além dos seus limites tradicionais: incorpora à mesma ‘empregado de comércio e de escritório, proletarizados pela submissão de uma parte do setor de serviços, ao domínio do capital ou pela introdução de métodos capitalistas de trabalho (parcelização e mecanização) nesse setor.

Todo esse processo tendia a dissolver elos de socialização e de solidariedade de classe que se constituíam suporte da organização e combatividade do conjunto da classe trabalhadora, em sua fase anterior. Fase em que a identidade ideológica se constituía em tomo da ética do trabalho e do amor ao ofício e que o trabalho poderia constituir-se a maior referência e o maior valor, em tomo dos quais o operário construía sua própria individualidade, resultante de suas relações com os outros e com o mundo social. Como operário especializado. “o trabalho era simplesmente um “ganha pão”, “um inferno”, de onde o melhor era mesmo fugir na primeira oportunidade”. (BIHD, 1998, p. 53).

Para GRAMSCI (1976, p. 397) “os americanos industriais tipo Ford (...) não se preocupam com a “humanidade” e a espiritualidade do trabalhador, que são imediatamente esmagados. Esta “humanidade e espiritualidade” só podem existir no mundo da produção e do trabalho, na criação produtiva; (...) quando a personalidade do trabalhador refletia-se no objeto criado, quando era ainda forte o laço entre a arte e trabalho. Mas é contra este “humanismo” que luta o novo industrialismo”.

Portanto, esse novo homem fordiano não é o homem que pode controlar seus atos, que pode criar a sua própria vida. E um homem moldado

pelo tecnicismo e não mais pelo primado da natureza humana; é um tipo psicofisicamente ajustado à produção fordista, membro de um corpo de um “trabalhador coletivo” melhor adaptado à lógica de uma subordinação real do trabalho ao capital.

Mas as transformações que vão constituindo o perfil do “operário massa”, afetam também, além do processo de trabalho, o processo de consumo, modificando a condição proletária no período fordista, pela integração do processo de consumo do proletariado à relação salarial. Essa integração determinou inúmeras consequências, destacando-se dentre elas: o desaparecimento da produção doméstica, transformando a família de unidade produtiva para unidade de consumo; imposição média de consumo em torno de mercadorias, também impostas (automóvel e eletrodoméstico), subordinando o consumo do proletariado às relações mercantis; acesso a crédito para consumo de massa, implicando a interferência na própria forma de existência do trabalhador e a sua integração ideológica; a socialização do salário com o desenvolvimento do salário indireto, elemento essencial do pacto fordista, permitindo ao proletariado escapar à instabilidade, própria de sua condição.

A respeito dessas transformações, que atingem o modo de vida e a subjetividade do operário, diz Gramsci (1976, p. 396) “Os novos métodos de trabalho estão indissoluvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida: não é possível obter êxito num campo, sem obter resultados tangíveis no outro”, (GRAMSCI, 1976, p. 396).

A relativa privatização do modo de vida do proletariado, decorrente dessas transformações, parece ter exercido, de acordo com Bühr (1998), influência profundamente negativa em sua luta e em sua consciência de classe, além de ter servido de condição e suporte à sua moralização.

Sobre esta questão, a análise de Gramsci vincula-se ao seu ponto de vista quanto à relação orgânica entre os métodos de trabalho e o modo de vida. Assim, reafirma a ligação entre racionalização do trabalho e o proibicionismo, existente na América, onde “os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários. os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a moralidade dos operários são necessidades do novo método de trabalho”. (GRAMSCI, 1976, p. 396). Ainda na análise gramsciana sobre a moralidade, é destacada como uma das questões “ético-civis” mais importantes, a questão sexual, que está ligada ao álcool. Nesse quadro de puritanismo e proibicionismo, o abuso das funções sexuais, após o alcoolismo, constitui-se o grande inimigo das energias nervosas. Neste sentido. GRAMSCI (1976. p. 396) destaca, em sua análise, a preocupação do industrial americano em manter a eficiência física do trabalhador e a sua eficiência muscular nervosa; é importante para a empresa ter um quadro de trabalhadores estável, já que o complexo humano é considerado, pela empresa, como uma máquina

que não deve ser desmontada com frequência, Daí o chamado alto salário é um elemento fundamental no processo de seleção dos trabalhadores aptos para o sistema de produção e para manter-lhe a estabilidade, embora seja uma arma de dois gumes: a integração entre o processo de consumo e a relação salarial impõe a necessidade de que o trabalhador gaste a maior quantidade de dinheiro, de forma racional, para manter, renovar, ou mesmo aumentar a sua eficiência muscular nervosa, lutando contra o álcool, considerado o agente mais perigoso de destruição das forças de trabalho. Essa luta contra o álcool se torna função do Estado, do mesmo modo que outras lutas puritanas podem se tomar, à medida que a iniciativa privada dos industriais pareça insuficiente ou que seja desencadeada uma crise profunda de moralidade entre as massas trabalhadoras, em decorrência de uma ampla crise de desemprego.

Esse conjunto de mecanismos para controlar a “moralidade” dos operários, como necessidade do novo método de trabalho, no quadro do fordismo americano, é portador de um significado histórico particular, que é o de constituir-se no “maior esforço coletivo realizado até então para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem” (GRAMSCI, 1976, p. 396). Gramsci chamava a atenção para a expressão “consciência do fim” que, segundo o teórico militante, pode parecer espirituosa para os que recordam a frase de Taylor sobre o “gorila domesticado”. “Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana: desenvolver no máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia. da iniciativa do trabalhador e reduzia as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais. trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que apenas é mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada com a criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e indubitavelmente superior. Verificar-se-á, inevitavelmente, uma seleção forçada, uma parte da classe trabalhadora será impiedosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*” (GRAMSCI, 1976, p. 397).

A tematização de Gramsci sobre o fordismo ultrapassa a importância do momento técnico da racionalização do trabalho alcançado elementos mais permanentes que tendem a impregnar todo o sistema internacional e realizar uma nova etapa do movimento histórico global, uma nova *civiltá*. Desse modo, o sentido do americanismo/fordismo, para Gramsci não está centrado nas transformações das condições de produção *stricto sensu*, mas significa um momento do processo civilizatório mais geral, envolvendo a constituição de um novo tipo de trabalhador — o trabalhador coletivo — criado no espaço da

fábrica. Neste caso, a FORD, considerada não apenas como unidade produtiva mas como materialização de um padrão cultural (o americanismo), o qual não se restringe à experiência americana, que é um momento processual, “mas potencializa e desenvolve progressivamente o próprio sistema capitalista mundializado, conformando-o em novos patamares de sociabilidade (normatividade/institucionalidade), de racionalidade; é reelaboração cultural da ordem societária do capital, de subsunção real do trabalho, de redefinição da subjetividade humana, que se desenvolve numa velocidade e dinamismo cada vez mais frenéticos e de incidência alargada sobre o mundo”. (MELLO, 1996, p. 99).

O “operário massa” criado laboratorialmente no contexto de uma fábrica, figura hegemônica correspondente ao período fordista, acumula um conjunto de tradições do qual, de acordo com Bihl (1998, p. 56). pode-se destacar: a concentração no espaço social tira o proletariado de sua dispersão geográfica, cultural e social, anterior, provocando efeitos de desenraizamento e perda de identidade; ao mesmo tempo, cria condições favoráveis ao seu agrupamento, à sua organização e a sua luta de classe. Com a homogeneização do proletariado, ao ser designado para as tarefas repetitivas da produção em massa fordista e reduzido à força de trabalho simples. há uma negação de qualquer identidade profissional própria; ao mesmo tempo, constitui a massa dos consumidores anônimos, composta de indivíduos isolados pelo universo das relações mercantis. O proletariado é homogeneizado pela perda de antigas identidades individuais e coletivas baseadas nas particularidades que caracterizavam os operários de ofício e garantiam sua solidariedade e sua força coletiva; mas é, também, o proletariado que pode ampliar laços de solidariedade de classe. O operário pré-fordista possuía ainda uma grande autonomia em relação ao capital, seja no trabalho seja fora dele; o “operário massa” tornou-se uma simples engrenagem, não passando de um apêndice do sistema de produção; no processo de reprodução de sua força de trabalho é inteiramente dependente de seu salário e do mercado capitalista, o que é agravado pelo desenvolvimento do crédito ao consumo e do salário indireto. Através do acesso ao consumo e à seguridade social, o operário vai reivindicando e conquistando uma autonomia e consciência, enquanto indivíduo particular, o que se pode tornar contraditório à massificação pelo trabalho taylorizado e pelo consumo mercantil.

Em síntese: esse conjunto de contradições, materializado pelo confronto entre os dois universos do operário — sua cultura anterior e a cultura fordista — só poderia levá-lo, com o tempo, a explodir. Assim, ao adquirir compreensão crítica desses dois universos, o operário reage sob a forma de uma onda de lutas proletárias, que se realiza no final da década de 60 e no início de dos anos 70 em formações capitalistas desenvolvidas. Essas lutas

contra os métodos tayloristas e fordistas de produção, “anunciavam os limites históricos do compromisso fordista”. (BIHR, 1998, p. 59).

A REAÇÃO DO OPERÁRIO - MASSA, A CRISE E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Na verdade, o “operário massa” não mais suportava a perda do domínio do processo de trabalho, do qual continuava a ser o agente direto, mas participava, apenas, por meio de gestos repetidos e destituídos de sentido. A organização do processo de trabalho era concebida pela direção e pelo estafe administrativo, aos quais o produtor direto devia submeter-se.

Com base no estudo de BIHR (1998, p. 60) pode-se afirmar que as contradições existentes no universo da produção fordista, não apenas aquela entre heteronomia e autonomia interna no processo de trabalho, poderia ser suportável para a primeira geração do “operário massa”, para a qual as vantagens do fordismo compensavam. Entretanto, a segunda geração, formada no quadro do fordismo, “não estava mais disposta a “perder sua vida para ganhá-la”: a trocar um trabalho e uma existência desprovidos de sentido pelo simples crescimento de seu “poder de compra”, a privação de ser por um excedente em ter” (BIHR, 1998, p. 60).

A insatisfação do “operário massa”, expressa em sua revolta contra o padrão de produção fordista-taylorista, provocou a denominada “crise do trabalho”, alterando tanto a natureza do trabalho fordizado, quanto o lugar do trabalho na existência do operário. Para o “operário-massa”, as alternativas de luta, que então se colocam, são as seguintes: lutas fundamentalmente defensivas e individuais, no sentido de “exacerbar a “lógica” de sua expropriação no processo de trabalho” (BIHR, 1998, p. 60) ou lutas coletivas no sentido da “reconquista de um poder sobre o processo de trabalho e consequentemente pela transformação desse processo” (BIHR. 1998, p. 61).

No primeiro caso, essas lutas se manifestam pela fuga do trabalho e de produção, através do absenteísmo. busca de “pequenos trabalhos” ocasionais, ou mesmo ruptura com a condição de assalariamento e retorno às formas pré-capitalistas de produção. Na segunda, forma as manifestações da luta operária se dão via greves parciais, operação-tartaruga, ataques ao estafe administrativo, formação de conselhos de oficina e de fábrica; difusão de palavras de ordem de autogestão, de controle e até mesmo de poder o operário.

Em contraposição à ofensiva operária, os capitalistas procedem à reorganização dos métodos tayloristas, diversificando as tarefas e propondo-se delegar a responsabilidade de um segmento do processo de trabalho a pequenos grupos de operários. A introdução dessas mudanças, não passou de um estágio experimental. Pois, se essas mudanças restabeleciam a

produtividade, ao mesmo tempo constituíam-se em ameaças à estrutura hierárquica da empresa. A responsabilidade delegada ao proletariado, por mínima que fosse, o incitava a reivindicar um controle maior no processo decisório da empresa. Um outro problema contra o qual o capital se chocava, na reorganização das formas tayloristas do processo de trabalho, era “o aumento de sua composição (técnica e orgânica) ligado ao tipo de tecnologia utilizada pelo fordismo. Ou seja: uma reorganização do processo de trabalho não podia se dar sem redefinição da base tecnológica do capital” (BIHR, 1998, p. 61).

Mas a revolta do “operário massa”, expressão das aspirações de autonomia individual e coletiva nascidas na dinâmica contraditória do desenvolvimento do fordismo, não se restringia às formas de organização do processo de trabalho. Recolocava também em questão a postura social-democrata do movimento operário, incompatível com aquelas aspirações. As organizações sindicais e políticas constitutivas do modelo social democrata eram incapazes de dirigir algum movimento proveniente da base, pois limitavam-se ao compromisso fordista. além de se comportarem como perfeitas guardiães do capital.

Desse modo, segundo BIHR (1998. p. 62), foi “basicamente sem e até mesmo contra as organizações sindicais e políticas constitutivas desse modelo social-democrata do movimento operário que as lutas proletárias da época se desenvolveram”.

Essas lutas eram frontalmente contra a perspectiva estalinista e legalista da estratégia social-democrata de subordinação da ação autônoma da classe às organizações políticas. Colocavam a auto-organização do conjunto dos trabalhadores contra o poder no interior da empresa, desenvolvendo uma organização contra o processo de trabalho, multiplicando ações de ocupação da empresa, opondo-se às demissões coletivas com tentativa de retomada de empresa com autogestão, etc.

Em síntese: a revolta do “operário massa” evidenciava que a questão em jogo para o proletariado ocidental nas décadas ulteriores seria criar novas estratégias de luta para sua emancipação. Embora no final da década de 60 e início de 70 suas lutas apresentassem características de racionalidade, tiveram curta duração. Uma das razões do processo dessas lutas foi o papel contra-revolucionário desempenhado pelas organizações com perspectiva social- democrata do movimento operário.

É importante ressaltar-se, ainda, que durante esse ciclo de lutas a conflitualidade proletária ultrapassou raramente, os limites da empresa, não sendo estendida a contestação do poder do capital sobre o trabalho ao seu poder sobre toda a vida social.

O isolamento das lutas do proletariado das que se desenvolveram, na mesma época, fora do trabalho, por iniciativa dos “novos movimentos sociais”, demonstrou a impregnação do quadro ideológico do compromisso fordista no seio do proletariado, ainda que este se encontrasse em ruptura com esse quadro.

As diferentes práticas de auto-organização conquistadas em relação ao período fordista, permaneceram na maioria das vezes limitadas a uma oficina, uma empresa, um bairro, e nascidas de lutas com conteúdos e objetivos específicos. Raramente sobreviviam.

A não-superação do seu isolamento e do seu limite, quanto à capacidade de criar e manter formas de organização permanentes alternativas aos sindicatos e partidos políticos, levava o movimento., segundo a análise de BIHR (1998, p. 65), “a se enfraquecer e a refluir, apesar de sua radicalidade. Na verdade, esse refluxo teve Início antes mesmo que a presente crise do capitalismo ocidental se abrisse oficialmente”,

No quadro da crise da contemporaneidade observavam-se nos países de capitalismo avançado, ao longo das últimas décadas deste século, profundas transformações no mundo do trabalho, tanto no que tange às formas de organização da produção, quanto nas formas de organização política e sindical. A intensidade dessas transformações atingiu a materialidade e subjetividade da classe trabalhadora que vive na mais aguda crise deste século.

Atribui-se à Tecnologia as transformações em curso e anuncia-se a perda de significado do trabalho no seu sentido clássico. A este respeito, DIAS (1997, p. 8) questiona se, de fato, “é a sociedade do trabalho que parece ou se trata de quebrar o trabalhador coletivo e/ou coletivos de trabalho e, com eles, as suas sociabilidades?” (DIAS, 1997, p. 9). Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se anuncia a morte do trabalho, é exaltada a possibilidade de um trabalho criador, que não requer mais a concentração fabril. Ou seja: o trabalhador fabril estaria em extinção e a parceria passa a constituir a nova relação capital/trabalho. O mito é a desconstrução do operário desqualificado e a construção do trabalhador polivalente. Este seria autônomo e criativo e aboliria o mero repetidor de gestos sem sentido.

Entende-se inaceitável a atribuição de um caráter de determinação histórica ao progresso técnico-determinismo tecnológico — por aqueles que concebem o conjunto de transformações da sociedade capitalista como decorrência de uma revolução técnico-científica. Isto se verifica no interior da problematização de uma suposta “revolução” da Microeletrônica, Cibernética, Informática, etc.

Na verdade, “a chamada III Revolução Industrial nada mais é do que a subsunção atual do trabalho ao capital” (DIAS, 1997, p. 12). Assim, a superação desse modo determinista de pensar passa pelo “entendimento de que o progresso técnico testemunha e subordina-se ao caráter antagônico das contradições sociais classistas” (BRAGA, 1996, p. 7). Esse antagonismo se expressa pelo confronto entre racionalidades que devem definir a direção da intervenção política na realidade.

No mundo contemporâneo da produção, não há como negar as novas formas de gestão que comandam os processos produtivos, assim como a potencialidade de crescimento desses processos: o padrão fordista-taylorista não é mais o único, mas mescla-se com outros processos produtivos — o neofordismo, neotaylorismo, pós-modernismo. Em algumas realidades, como é o caso do Japão, está sendo substituído pelo taylorismo.

Desse modo, novos processos de trabalho estão emergindo, “onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado” (ANTIJNES, 1995, p. 16). No que tange às novas formas de gestão da força de trabalho, destacam-se não apenas no Japão, mas em vários países de capitalismo avançado e do terceiro mundo: os currículos de controle e qualidade (CCQ), a “gestão participativa” e a “busca de qualidade total”.

As formas mescladas de padrão de produção, de caráter transitório, tem seus desdobramentos, também, no que se refere aos direitos dos trabalhadores. Há uma desregulamentação e flexibilização no sentido de prover o capital de condições necessárias para adequar-se a cada nova fase, além de perdas de conquistas históricas. O despotismo taylorista é um elemento ainda presente neste momento histórico, ora diminuto ora intenso, no sentido de obter a participação dentro da ordem e do universo da empresa.

Esse processo de transformação em curso, no capitalismo contemporâneo, tem sido objeto de reflexão de inúmeros pesquisadores e militantes políticos que assumem diferentes perspectivas de classe. Assumindo a perspectiva das classes subalternas, DIAS (1997, p. 11) entende que “os que falam em fim da sociedade do trabalho veem na ciência e na tecnologia uma possibilidade superior de resolução das contradições sociais; como uma correlação ascensional, progressiva, da racionalidade independente do confronto entre classes, projetos e concepções de mundo”.

Essa concepção exalta a neutralidade da técnica, além de encobrir ou reforçar, proposital ou ingenuamente, que ao capitalismo é de fundamental importância limitar a possibilidade histórica dos seus antagonistas. Isto se dá, pela repressão aberta, em especial sobre os países mais periféricos e pobres. “Para liberar o máximo de sua capacidade produtiva, o capitalismo tem que

negar o direito de existência autônoma a qualquer forma antagônica. (...) O neoliberalismo - momento atual do capitalismo — é, assim, a combinação da contra-revolução com a reforma da gestão e da produção, maximizadas, uma e outra, pela aparente desaparecimento temporária — é necessário reafirmá-lo — do antagonismo” (DIAS. 1997, p. 13).

Para MANDEL (1986) o discurso sobre o fim da sociedade do trabalho é mais uma arma ideológica dos capitalistas em sua luta contra a classe trabalhadora para garantir a crescente exploração do trabalho e a ampliação da acumulação do capital. Do ponto de vista do autor, e se concorda com ele, numa sociedade que se nutre da exploração do trabalho, o “adeus ao proletariado” significa tanto o adeus a todo projeto de emancipação humana quanto o adeus à economia de mercado e ao próprio capital. Desse modo, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto ameaça não apenas o futuro do trabalhador e do socialismo, mas também a sobrevivência da economia capitalista de mercado, que se torna cada vez mais impossível.

No que se refere à aparente desapropriação do antagonismo, apontada por DIAS (1997, p. 13), é sustentado por MEZZÁROS (1999) o irreconciliável antagonismo entre capital e trabalho na base da crise estrutural do capitalismo atual, na medida em que essa crise, ao mesmo tempo em que está articulada à tendência modernizadora, que submete o trabalho e a tecnologia aos estreitos limites do capitalismo, também acirra a confrontação da força de trabalho com o capital, trazendo profundas consequências à materialidade e subjetividade da classe trabalhadora.

Dentre as teses defendidas por ANTUNES (1995, p. 75) quanto à crise da sociedade do trabalho, o autor entende que, ao tematizá-la, é indispensável recuperar a distinção, feita por Marx, entre trabalho concreto e trabalho abstrato: “Todo trabalho humano é, de um lado dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso” (ANTUNES Apud MARX, 1971, p. 54). Tem-se, portanto, o trabalho concreto como dimensão qualitativa do trabalho, pelo seu caráter de utilidade e condição para produzir coisas socialmente necessárias; e o trabalho abstrato, enquanto dispêndio de força humana produtiva, necessária à produção de valores de uso, dos quais, abstraindo-se o seu caráter de utilidade, resta apenas o resíduo dos produtos do trabalho, que vai configura-se em valores de troca.

Feita essa distinção, não há como desconsiderar, segundo (ANTUNES. 1995. p. 77), a dupla dimensão do trabalho na sociedade capitalista, sob pena de cometer o equivoco no entendimento da crise da

sociedade do trabalho abstrato, como a crise da sociedade do trabalho concreto. A vertente analítica que vê a crise da sociedade do trabalho, também, em sua dimensão concreta, tem como tese central o fim da sociedade do trabalho.

É possível admitir a partir das transformações do processo de trabalho, o fim da sociedade do trabalho? Quais os fundamentos dessa concepção?

A discussão e os questionamentos sobre a existência ou não da sociedade do trabalho surgem na Alemanha, nos anos 70, no bojo da crise da social democracia e dos impasses do Estado de Bem Estar Social, cujos limites se evidenciam através do não cumprimento da meta do pleno emprego e não atendimento das crescentes demandas resultantes do desemprego e subemprego.

Mais recentemente, duas correntes se colocam no pensamento alemão, com relação à importância da categoria trabalho, na determinação da estrutura e do desenvolvimento sociais: uma representada por Claus Offe e Jürgen Habermas, que formula a concepção do fim da sociedade do trabalho; e outra, constituída por autores como Baethge, Walter Heinz e outros, que apontam para a crise e não para o fim dessa sociedade.

Claus Offe nega o espaço da fábrica com *locus* privilegiado do conflito de classes, como o argumento de que existem outros parâmetros norteadores da vida social, que escapam ao mundo do trabalho. Diz ele: “As suposições de que a fábrica não é o centro de relações de dominação nem o lugar dos mais importantes conflitos sociais, de que os parâmetros meta sociais (por exemplo, econômico) do desenvolvimento social foram substituídos por uma autoprogramação da sociedade e de que, pelo menos para as sociedades ocidentais, tornou-se altamente ilusório equipar o desenvolvimento das forças produtivas à emancipação humana, todas essas hipóteses e convicções (...) penetram tão profundamente em nosso pensamento que a ortodoxia marxista não tem mais muita respeitabilidade científico-social” (OFFE, 1989, p. 195).

Em apoio a essas suposições que descentalizam o trabalho como fator social estruturador da sociedade, Claus Offe utiliza uma série de argumentos oriundos de recentes pesquisas sociológicas, sobre a questão do processo de trabalho. Um primeiro argumento refere-se às subdivisões ocorridas na esfera do trabalho, como a expansão do setor serviços, cuja lógica, segundo ele, é bastante diferente daquela que prevalece no setor produtivo. Para ele o setor serviços aparece como corpo estranho dentro do trabalho e expõe as razões desse entendimento: “Primeiro devido a heterogeneidade dos casos processados nos serviços e altos níveis de incerteza a respeito de onde e quando eles ocorrem (...). Segundo, o trabalho em serviço diferencia-se do trabalho produtivo pela falta de um critério de

eficiência econômica claro e indiscutível, do qual se poderia deduzir estrategicamente o tipo, a qualidade, o lugar e o tempo do trabalho conveniente” (OFFE, 1991, p. 119).

Em síntese: as atividades de serviço escapam ao controle do capital, ou seja: para Claus Offe, o capital não conseguiria impor sua vontade nesses setores.

Um outro argumento usado por Offe, para fortalecer as suas suposições, é o declínio do que ele chama ética do trabalho. Segundo ele, “A força obrigatória da ética do trabalho pode ter sido enfraquecida também pelo fato de que ela geralmente só pode funcionar em condições que (...) permitam aos trabalhadores participarem de seu trabalho como pessoas reconhecidas que atuam moralmente” (OFFE, 1991, p. 198). A esse discurso se contrapõe o fato de que, no capitalismo, o único motivo de o trabalhador poder trabalhar é o interesse material. Ou seja, se o trabalhador não vender a sua força de trabalho não terá acesso aos meios de consumo. Para o trabalhador, o trabalho é unicamente um meio de sobrevivência, uma vez que uma característica básica do capitalismo é justamente o trabalhador não ter direito ao produto do seu trabalho.

Partindo das pesquisas de Offe e juntando-se a este, Habermas conclui que “A utopia de uma sociedade do trabalho perdeu a sua força persuasiva e isso não apenas porque as forças produtivas perderam sua inocência ou porque a abolição da propriedade privada dos meios de produção, manifestamente, não resulta por si só no governo autônomo dos trabalhadores. Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato. Claus Offe compilou convincentes indicadores da força objetivamente decrescente de fatores como o trabalho, produção e lucro na determinação da constituição e do desenvolvimento da sociedade em geral” (HABERMAS, 1987, p. 107).

Essa postura do fim da sociedade do trabalho resulta em espaços para concepções que se contrapõem à possibilidade de uma compreensão da sociedade em sua totalidade. Concepções que rejeitam a possibilidade de uma teoria capaz de pensar as inter-relações entre diferentes fenômenos, com o argumento de que a sociedade se diferenciou internamente e essas diferenças não podem ser pensadas em sua unidade.

Para esses teóricos do fim da sociedade do trabalho, não é mais possível se pensar numa transformação radical da sociedade, como na época em que prevalecia uma força de trabalho homogênea. Hoje, segundo eles, o trabalhador de massas cedeu lugar a uma força de trabalho com identidades, articuladas em novos estilos de vida e novos padrões culturais. Essa postura expressa uma visão de realidade com multiplicidade de fenômenos fragmentados, sem nenhuma articulação interna.

Essa crise da razão moderna, expressa numa veemente crítica aos padrões de racionalidade até então vigentes, tem repercussões diretas na Ciência e na Tecnologia e, de modo, especial, nas Ciências Sociais, como crise de explicitação da sociedade.

E questionada, hoje, a pertinência das grandes teorias sociais unificadoras e globalizantes e, dentre as matrizes em questão, a mais atacada por uma parcela significativa de analistas é o marxismo, dado o seu peso na contemporaneidade, com o agravamento do chamado socialismo real.

É verdade que há uma crise de uma vertente marxista, mas não há uma crise histórico-terminal da tradição marxista. Daí, as críticas formuladas e até mesmo a suposição da falência do socialismo, não podem ser imputadas ao marxismo em geral. “O socialismo real vive uma profunda crise, mas não sugere que o método marxista de análise da sociedade e a teoria social de Marx estejam superados e não possam continuar sendo instrumentos válidos para compreensão de tais fenômenos que se dão em sociedades humanas”. (NETTO, 1989).

A teoria social de Marx não é suficiente para explicar tudo o que está ocorrendo, porque o que *Marx* pensou há 100 anos não é o que se passa hoje. Entretanto, o seu referencial continua sendo o que nos permite dar conta dos processos estruturais da ordem burguesa.

Esse contexto de crise tem sérias implicações na vida organizativa dos trabalhadores pois, ao se romper, no plano de análise, com os paradigmas unificadores e globalizantes, esse rompimento obviamente é com os referenciais de práticas políticas. Neste sentido, “os estudiosos do movimento dos trabalhadores em diversos países especialmente no primeiro mundo, têm alertado para a diminuição do espírito de militância, para dificuldades de mobilização dos trabalhadores e desarticulação da solidariedade de classes” (ADUFC, 1992, p. 6).

Essa visão pode-se estender, também, ao Terceiro Mundo, considerando-se que a crise do socialismo real e suas implicações teóricas e políticas repercutiram, fortemente, no contexto mundial, constituindo-se em mais um agravante para o fortalecimento ou para a emergência de diferentes correntes de pensamento e referências de práticas sociais que se revelam inconsistentes em relação a perspectiva teórico-metodológica marxiana.

Contrapondo-se à corrente que não considera mais a categoria trabalho com fundamental para explicar a estrutura da sociedade e as relações sociais, um conjunto de intelectuais alemães, já mencionados anteriormente, argumentam contrariamente a essa posição e indicam novas possibilidades de atuação do trabalhador no espaço do trabalho, de forma criativa e participativa.

Baethge entende que, apesar do aumento do tempo livre, a posição social do indivíduo permanece ainda essencialmente determinada por sua posição no sistema produtivo. Entretanto, reconhece que esse sistema produtivo já dá sinais de transformar sua estrutura e sua dinâmica organizacionais.

As transformações que se delineiam na organização do trabalho de formas tayloristas de racionalização a formas de trabalho mais integradas e totais — é hoje uma tendência, sobretudo nas grandes e médias empresas industriais e de prestação de serviços. Mas essa tendência não está completamente implantada, pois subsistem, ainda, utilização de técnicas orientadas pela organização taylorista. Mesmo assim, observa o autor. “há uma série de indícios de que o novo esquema de racionalização se voltará para as qualidades específicas do trabalho humano e para a qualificação e especificação como importantes forças produtivas”. (BAETHGE. 1989, p. 13).

Partindo dessa premissa, o perfil do trabalhador se transformará, gradativamente, para um novo tipo de trabalho: planejamento, controle, direção e acompanhamento, para o que será exigida competência em nível do conhecimento sobre o produto e o processo de trabalho além de um saber empírico proveniente de sua experiência direta com a máquina.

No setor terciário, segundo BAETHGE (1989, p. 15), “as qualificações principais abrangem a capacidade para seleção de dados para o trato estratégico com investigações que se baseiam em capacidades analíticas bem definidas para interpretar informações, alta flexibilidade intelectual para dominar situações variáveis bem como competência para comunicação social”.

Outro intelectual alemão, Heinz apud Deluiz & Trem (s. d.), discute as várias concepções sobre o fim da sociedade do trabalho e contrapõe-se, principalmente, às teses de CLAUS OFFE. Para HEINZ, o fim da sociedade do trabalho seria um mito. Os jovens mudaram sua maneira de encarar o mundo do trabalho: não mais vivem para trabalho, mas querem trabalhar para viver. Principalmente os jovens das classes subalternas. Estes permanecem tendo, no trabalho, um valor fundamental.

HEINZ ressalta, ainda, que a insegurança nos postos de trabalho, a discriminação, a seleção, a concorrência, levam os jovens a ter uma relação dúbia com o mundo do trabalho. Se, por um lado, ele é importante para a auto realização, independência da família e subsistência, por outro, o trabalho é ameaçador.

O nosso ponto de vista aproxima-se da corrente que reconhece apenas a crise e não o fim da sociedade do trabalho. Considera que é ainda a posição do indivíduo no mundo da produção material que determina a sua situação social: reafirma a existência das classes trabalhadoras subalternas

com todos os problemas inerentes ao capitalismo tardio, como o individualismo, a necessidade de status via qualificação e a competição por um posto no mercado de trabalho, mas, com possibilidade de superação desses problemas, através do espaço da própria fábrica ou no setor de serviços e outras atividades.

Reafirma-se, portanto, o papel histórico do trabalho humano na superação do sistema produtor de mercadorias e construção de uma nova sociabilidade.

Summary: Our perspective in this paper is to deepen and to Instrument theoretical and political the social and the historical process of the research in the work field as well as in the other social practices of the daily social classes in Brazil. The process is also related to the State. In this way, our reflection makes evident the readjustment of the work processes in the capitalism. showing the social classes and the State's actions in these processes. Hence, It is discuss the capitalism production process, in the first item, as unit of the work process and the valorization process. One talks about the development and the crisis of the fordista taylorist patterns in the Item II. It Is pointed out, in the end of the paper, some important components of the crisis of the work society and it's important impact on the worker organizations, showing antagonistic positions and the differences in the interior of the debate. Our position is also shown.

Key-words: Work process, social class state, crise and productive readjustment.

BIBLIOGRAFICA CONSULTADA

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez: Campinas: Ed. da INICAMP,1995.

_____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In:_. (Org.) Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. 2.ed. São Paulo: Boitempo. 1998.p.71-84.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO CEARÁ (ADUFC). A crise dos paradigmas e a questão do fim da sociedade do trabalho. Texto elaborado para discussão em congresso de docentes, 1991.

BAETHGE, Martins. Novas tecnologias, perspectivas profissionais e outra compreensão cultural: desafios à formação. Revista Educação e Sociedade. São Paulo, dez 1989.

BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo. Boitempo, 1998.

BRAGA, Ruy. A reestruturação do capital: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1997. Christlne. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

CARDOSO, Frand Gomes. Organização das classes sociais: um desafio para o Serviço Social. São Paulo. Cortez, São Luis. EDUFMA,1995.

CARDOSO. Franci Gomes; Graça, I.M.: Oliveira, S. Relatório da Pesquisa: Questão Social no Maranhão: Tendências do Mercado de Trabalho.

Formação do Ambiente Social no Maranhão. UFMA, 1998. COUTINHO. Carlos Nelson et al. Gramsci um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campos,1992.

COUTINHO. Carlos Nelson et al. Mesa-redonda: a estratégia da revolução brasileira. In: ANDERSON, Peny et al. A estratégia revolucionária na atualidade. São Paulo. Juruê, 1986. P.131-156 (Crítica marxista).

DIAS, Edmundo Fernandes. Capital e trabalho. A nova dominação. In. DIAS. Edmundo Fernandes et al. A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes. Brasília: Sindicato dos Eletricistas, 1996, p.7-54.

_____. A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivação. Campinas: UNICAMP. IFCH, Departamento de sociologia, 1997. (Textos didáticos, n.29).

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. Lua Nova (Revista de Cultura e política), n.35,p.73-111,1995.

GORZ, André. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense — Universitária, 1982.

_____. Trabalho necessário e racionalidade econômica: França,1990). Novos Rumos,[199 -).

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HABERMAS, Juergen. A crise do estado de bem estar social e o esgotamento das energias utópicas. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 18,p.103-114,set. 1987.

HARVEY, David. Condições pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1994.

HOBSBAWM, Eric. O marxismo hoje: um balanço aberto. In: HOBSBA-ERIC (Org.) História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.v. 11.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Ensaio e pesquisas no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA. DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. Produção científica e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1993. Pt. 2,p. 101-116. (Cadernos ABESS, N.6).

LIPIETZ, Alain. "A crise do marxismo. Da teoria social ao princípio da esperança. Tradução de Otacílio F. Nunas jr. In: Novos estudos CEBRAP, n. 30, p. 99-110,1991.

KATZ, Cláudio. Evolução e crise do processo de trabalho. In: KATZ, Cláudio et al. Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã.1995.

KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo da caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1993.

MANDEL, Ernest. Marx: la crise actuelle et l'avenir du travail humain, Quatrième Internationale. n.20,maio 1986.

MARX, Karl o capital: Crítica à Economia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. livro 1, v.1.

_____. O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, livro 1, vol. 1. 1971.

_____. Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultado do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes s.d,169p.

_____. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MATOSO, Jorge. A desordem do trabalho. São Paulo:1995.

MÉSZÁROS, István. Produção destrutiva e Estado capitalista. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação. São Paulo. Ensaio. 1993.

_____. A necessidade do controle social. São Paulo. Ensaio, 1987.

_____. O poder da Ideologia. São Paulo. Ensaio,1996.

_____. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. In: MESZAROS. István et al. Ensaio ad Hominem: tomo 1:Maridmo. São Paulo. Estudos e Edições Ad Hominem,1999. P.83-124.

OFFE, Clauss. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In:_.Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade de trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1989. V.1,p.14-42. (Biblioteca tempo universitário, n.85. Estudos alemães).

SOUZA. Angela Tude de. Sobre o americanismo e fordismo de Antonio Gramsci. Campinas: UNICAMP, FCH, Departamento de Sociologia, 1992. (Textos didáticos.n.5).

TAYLOR, Frederick Winslow. Princípios de administração científica. São Paulo: Atlas, 1985.